



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

EDUARDO GARCIA SHIMABUKURO

CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
(RIDE-DF)

Brasília - DF
2026

EDUARDO GARCIA SHIMABUKURO

**CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
(RIDE-DF)**

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Professora Orientadora: Dra. Maisa Isabela Rodrigues

Brasília – DF

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

GS556c

Garcia Shimabukuro, Eduardo .
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO
AGRONEGÓCIO NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE-DF) / Eduardo Garcia
Shimabukuro;

Orientador: Maisa Isabela Rodrigues. Brasília, 2026.
43 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Gestão de
Agronegócios) Universidade de Brasília, 2026.

1. Agronegócio. 2. Mercado de trabalho formal. 3.
RIDE-DF. 4. Emprego. 5. Desenvolvimento regional. I.
Rodrigues, Maisa Isabela, orient. II. Título.

**PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO
AGRONEGÓCIO NA REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
(RIDE-DF)**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Gestão de Agronegócios da Universidade de Brasília do aluno:

Aprovado em 19 de fevereiro de 2026

EDUARDO GARCIA SHIMABUKURO

Professora Doutora Maisa Isabela Rodrigues
Universidade de Brasília (UnB)
(Presidente/Orientadora)

Professora Doutora Elen Presotto
Universidade de Brasília (UnB)
(Membro interno)

Professor Doutor Thiago Dias Trombeta
Universidade de Brasília (UnB)
(Membro interno)

Brasília – DF

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, minha companheira de vida, que esteve ao meu lado em todos os momentos, oferecendo apoio, paciência e força, especialmente nos períodos mais difíceis desta jornada.

Dedico também este trabalho à minha orientadora, cuja orientação, dedicação e conhecimentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste TCC. Sem sua condução e apoio, não teria alcançado os resultados aqui apresentados.

RESUMO

O agronegócio desempenha papel estratégico na economia brasileira, sendo relevante tanto para a geração de riqueza quanto para o abastecimento alimentar. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar o mercado de trabalho formal do agronegócio na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), no período de 2022 a 2024. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada em dados secundários do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A classificação das atividades seguiu a metodologia baseada em estudo do CEPEA/ESALQ-USP, contemplando os segmentos de insumos, primário e agroindústria. Os resultados indicam que o agronegócio apresenta participação relativamente reduzida no total do emprego formal da RIDE-DF, sobretudo em comparação às atividades urbanas e de serviços concentradas no Distrito Federal. Ainda assim, o setor manteve estabilidade e crescimento moderado no período analisado, com forte concentração dos vínculos formais nos segmentos primário e agroindustrial. Observou-se elevada heterogeneidade espacial, com poucos municípios concentrando grande parte do emprego formal, frequentemente associados à especialização em commodities agropecuárias. Conclui-se que, apesar das limitações estruturais e da baixa diversificação produtiva em alguns municípios, o mercado de trabalho formal do agronegócio desempenha papel relevante para o desenvolvimento regional e para o abastecimento do Distrito Federal.

Palavras-chave: Agronegócio; Mercado de trabalho formal; RIDE-DF; Emprego; Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Agribusiness plays a strategic role in the Brazilian economy, being relevant both for wealth generation and food supply. In this context, this study aimed to analyze the formal labor market of agribusiness in the Integrated Development Region of the Federal District and Surrounding Area (RIDE-DF), from 2022 to 2024. The research is characterized as quantitative, descriptive-analytical in nature, based on secondary data from the “Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho” (PDET), using the “Relação Anual de Informações Sociais” (RAIS). The classification of activities followed the methodology based on a study by CEPEA/ESALQ-USP, encompassing the segments of inputs, primary production, and agro-industry. The results indicate that agribusiness has a relatively small share of total formal employment in RIDE-DF, especially when compared to urban and service activities concentrated in the Distrito Federal. Even so, the sector maintained stability and moderate growth during the analyzed period, with a strong concentration of formal employment in the primary and agro-industrial segments. High spatial heterogeneity was observed, with a few municipalities concentrating a large part of formal employment, frequently associated with specialization in agricultural commodities. It is concluded that, despite structural limitations and low productive diversification in some municipalities, the formal labor market in agribusiness plays a relevant role in regional development and in supplying the Distrito Federal.

Keywords: Agribusiness; Formal labor market; RIDE-DF (Integrated Development Region of the Federal District); Employment; Regional development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População ocupada em milhares e variações anuais no agronegócio, por segmentos.	16
Tabela 2. Perfil da mão de obra do agronegócio brasileiro (em milhares), por classes de posição na ocupação e categorias de emprego, escolaridade e gênero.....	17
Tabela 3. Rendimentos médios mensais habituais no agronegócio por posições de ocupação, em reais.....	20
Tabela 4. Segmentos fundamentais do agronegócio, conforme CEPEA/ESALQ-USP.22	
Tabela 5. Vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF por setor, de 2022 a 2024.	31
Tabela 6. Vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF, de 2022 a 2024, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0.....	32
Tabela 7. Média de vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF em relação à população total ocupada, por município, entre 2022 e 2024.	32
Tabela 8. Média de vínculos trabalhistas formais atividade primária na RIDE-DF entre 2022 e 2024.	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. População ocupada no agronegócio entre 2012 e 2025.	14
Figura 2. Participação do agronegócio no total de ocupados no Brasil entre 2012 e 2025.	15
Figura 3. Municípios que integram a RIDE-DF.....	28
Figura 4. População residente na RIDE-DF por situação do domicílio nos censos 2000, 2010 e 2022.	29
Figura 5. Vínculos trabalhistas formais totais e no agronegócio na RIDE-DF, entre 2022 e 2024.	30
Figura 6. Vínculos trabalhistas formais nos setores de insumos (a) e primário (b) na RIDE-DF, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), de 2022 a 2024.	35
Figura 7. Vínculos trabalhistas formais no setor agroindústria na RIDE-DF, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). de 2022 a 2024.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OBJETIVOS.....	12
2.1	Objetivo Geral.....	12
2.2	Objetivos específicos.....	12
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4	DADOS E METODOLOGIA.....	21
4.1	Área de estudo.....	21
4.2	Base de dados: Critérios de Classificação e Segmentação.....	22
4.3	Método.....	24
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5.1	Área de estudo: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).....	25
5.2	Estatística Descritiva para os vínculos trabalhistas formais na RIDE-DF no Agronegócio.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio constitui um dos pilares fundamentais da economia brasileira, desempenhando papel estratégico na geração de riqueza, no abastecimento alimentar e na inserção internacional do país. Para compreender sua estrutura e dinâmica, é instrutivo recorrer aos fundamentos da teoria econômica clássica, que identifica os fatores básicos de produção: terra, trabalho e capital. Entre esses, o trabalho se configura como um elemento crucial, cuja organização, produtividade e condições são determinantes para a competitividade e a sustentabilidade do setor.

A análise do trabalho no contexto agropecuário, no entanto, requer uma perspectiva sistêmica que vá além da mera atividade produtiva primária. Nesse sentido, o conceito de *agribusiness* ou agronegócio, formulado por Davis e Goldberg (1957), oferece um marco teórico essencial, definindo-o como um complexo integrado que abrange desde a produção de insumos ("a montante") até a comercialização dos produtos finais ("a jusante"). Essa visão sistêmica permite apreender a totalidade das relações econômicas e a interdependência entre os diversos agentes das cadeias produtivas, dentro das quais o mercado de trabalho se insere com características e desafios particulares em cada segmento.

Além da dimensão econômica, o mercado de trabalho no agronegócio é fortemente regulado por normas que visam garantir condições adequadas, com destaque para a Norma Regulamentadora nº 31, NR 31 (Brasil, 2005). Esta norma estabelece requisitos mínimos de segurança, saúde e organização do trabalho nas atividades rurais, sendo um marco fundamental para a formalização e qualificação do emprego no setor. A existência de emprego formal pressupõe, em tese, a observância de tais normas, diferenciando-o do trabalho informal ainda expressivo no setor.

A relevância de se estudar esse mercado na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) é ressaltada pelo papel estratégico que a região desempenha no abastecimento do centro consumidor do Distrito Federal. Dados de 2024 das Centrais de Abastecimento do DF (Ceasa-DF) ilustram essa importância, indicando que 52% do volume comercializado foi proveniente dos municípios da RIDE-DF. Destaca-se que 72% das hortaliças negociadas tiveram como origem a região (Conab 2026).

Diante do exposto, caracterizar o mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF se apresenta como uma necessidade acadêmica e prática. Embora estudos

nacionais sobre o tema existam, análises detalhadas no âmbito específico dessa região integrada são escassas. Para preencher essa lacuna, este trabalho fornece um diagnóstico estruturado sobre o perfil, a evolução e a distribuição espacial e setorial dos vínculos empregatícios formais no agronegócio regional no período recente (2022-2024). Para tanto, adotou-se uma metodologia quantitativa e descritivo-analítica, baseada na extração e tratamento de dados oficiais do estoque de vínculos formais (RAIS/MTE), classificados segundo os segmentos do agronegócio (CEPEA/ESALQ-USP) e analisados por meio de estatística descritiva e ferramentas gráficas. Esse enfoque metodológico possibilitou mapear e interpretar a configuração e a dinâmica do emprego formal no setor, fornecendo subsídios concretos para políticas e ações voltadas ao fortalecimento do agronegócio e ao desenvolvimento socioeconômico integrado da RIDE-DF. Ou seja, este trabalho pretende responder ao problema de pesquisa de quais foram as variações observadas no mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF entre 2022 e 2024, com base em estatísticas descritivas.

Este trabalho é dividido em seis tópicos, incluindo esta introdução. O segundo tópico apresenta os objetivos da pesquisa, seguido do referencial teórico. A metodologia do estudo é apresentada no quarto tópico, e o quinto aborda os resultados e a discussão sobre o tema. Finalmente, o sexto tópico discorre sobre as considerações finais apontando os principais resultados, como esses contribuem para o estado da arte e as possibilidades de novos estudos sobre o mercado de trabalho no agronegócio.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF, no período de 2022 a 2024.

2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, tem-se:

- Descrever o mercado de trabalho no agronegócio RIDE-DF.
- Analisar os dados de mercado de trabalho formal da RIDE-DF.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nos estudos de mercado de trabalho no agronegócio no Brasil, é referência a publicação “O Boletim do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro”, elaborado trimestralmente desde 2023 pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), com apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O boletim analisa a estrutura e a conjuntura do mercado de trabalho no setor do agronegócio (CEPEA/CNA, 2025a), e considera o agronegócio como:

O setor econômico com ligações com a agropecuária tanto a montante como a jusante, envolvendo: a produção de insumos para a agropecuária, a própria agropecuária, as agroindústrias de processamento dessas matérias-primas e a distribuição e demais serviços necessários para que os produtos agropecuários e agroindustriais cheguem ao consumidor final (CEPEA/CNA, 2025a).

Para o estudo, são utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aplica metodologias próprias para identificar atividades do setor (CEPEA/CNA, 2025). A PNAD Contínua tem como objetivo acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho temporalmente, além de coletar informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A pesquisa divulga indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre outros temas complementares, como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.

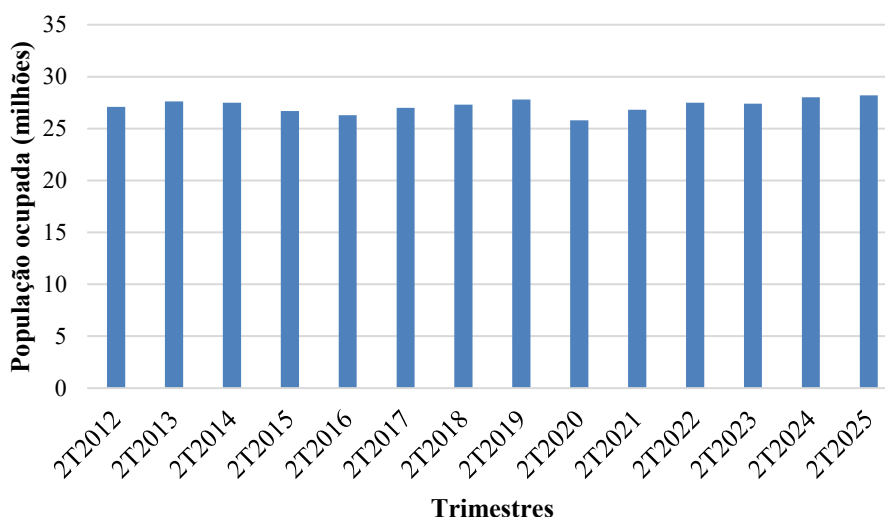
Implementada desde 2012, a PNAD Contínua produz resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais (IBGE, 2025). A partir de 2023, a metodologia do CEPEA/CNA incluiu na população ocupada pessoas que produzem apenas para autoconsumo, sendo essa uma diferença em relação à metodologia original da PNAD (CEPEA/CNA, 2025a). Para a análise do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro, o CEPEA e a CNA consideram as seguintes posições na ocupação e categorias de emprego:

- Empregado (com ou sem carteira assinada): pessoa que trabalhava para um empregador;
- Conta própria: pessoa que trabalhava explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

- Empregador: pessoa que trabalhava explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- Trabalhador familiar auxiliar: pessoa que trabalhava sem remuneração em ajuda na atividade econômica de membro do domicílio ou de parente residente em outro domicílio;
- Autoconsumo: pessoa que produzia exclusivamente para o próprio consumo (e do domicílio) (CEPEA/CNA, 2025a).

A caracterização dos trabalhadores é feita utilizando as seguintes informações disponibilizadas pela PNAD-C: (i) posição na ocupação e categoria do emprego; (ii) escolaridade; (iii) gênero; (iv) e rendimentos (CEPEA/CNA, 2025a). No boletim do CEPEA relativo ao 2º trimestre de 2025 (CEPEA/CNA, 2025b), foi estimada uma população de 28,2 milhões ocupada no agronegócio no Brasil. O valor corresponde a 26% do total do mercado de trabalho brasileiro no trimestre de referência, maior contingente registrado na série iniciada em 2012 (Figura 1).

Figura 1. População ocupada no agronegócio entre 2012 e 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CEPEA/CNA (2025b).

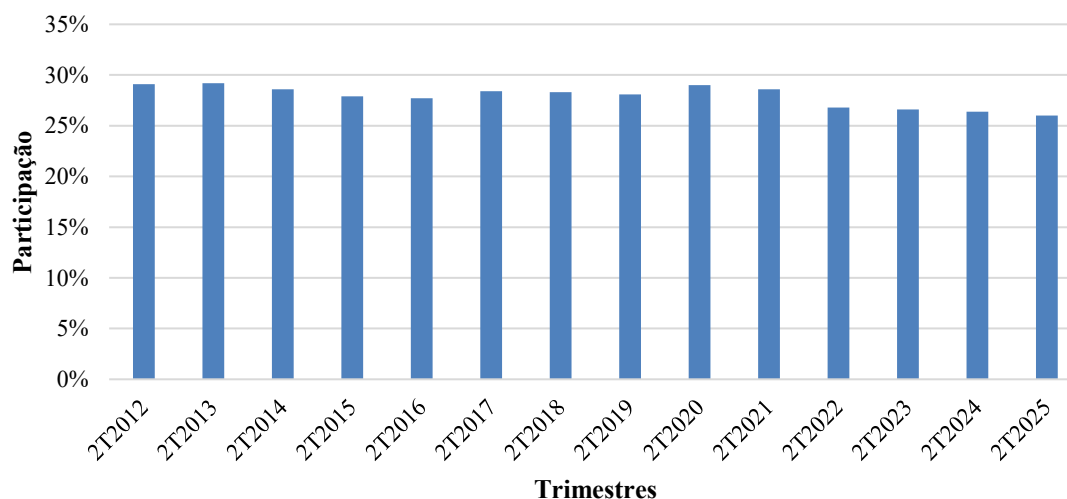
O estudo de Moraes (2022) analisou o mercado de trabalho do agronegócio nos estados brasileiros entre 2012 e 2018, a partir dos dados da PNAD Contínua. Observou-se que São Paulo concentrou o maior número de trabalhadores do setor em 2018, seguido por Minas Gerais. Do total, 5 (cinco) estados (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná) apresentaram mais de 50% dos ocupados no agronegócio, enquanto Alagoas, Sergipe e o Distrito Federal não alcançaram 5%.

Garcias et al. (2022) analisou o mercado de trabalho do agronegócio em Minas Gerais, a fim de identificar possíveis efeitos decorrentes da crise provocada pela pandemia de Covid-19. Constatou-se que a população ocupada no agronegócio mineiro

apresentou redução de 3,9% entre 2019 e 2020, com base nos dados da PNAD Contínua, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e do CEPEA. As maiores quedas ocorreram no primeiro e no segundo trimestres de 2020, com recuperação moderada no quarto trimestre, e os postos de trabalho mais afetados foram aqueles ocupados por empregados formais e informais, com aumento no contingente de trabalhadores por conta própria.

O boletim do CEPEA aponta o crescimento da população ocupada no agronegócio está alinhado com a expansão do mercado de trabalho brasileiro como um todo, que registrou uma taxa de desocupação recorde de 5,8% no mesmo período. Dessa forma, mesmo com o crescimento da população ocupada no agronegócio, no comparativo com os anos anteriores, a participação do setor mercado de trabalho como um todo diminuiu (Figura 2).

Figura 2. Participação do agronegócio no total de ocupados no Brasil entre 2012 e 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CEPEA/CNA (2025b).

Ao analisar os segmentos do agronegócio, registrou-se que esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento nos segmentos primário, de agrosserviços e, mais moderadamente, dos insumos agropecuários. Já o número de trabalhadores nas agroindústrias apresentou redução (Tabela 1).

Tabela 1. População ocupada em milhares e variações anuais no agronegócio, por segmentos.

Segmentos	2024		2025		2T2025/1T2025		2T2025/2T2024	
	2T2024	1T2025	2T2025	%	Δ	%	Δ	
Insumos	300	321	323	0	2	7,4	22	
Primário	7.910	7.582	7.708	1,7	126	-3	-202	
Autoconsumo*	4.943	4.943	4.943	0	-	0	-	
Agroindústria	4.635	4.768	4.733	-1	-35	2,1	98	
Agrosserviços**	10.174	10.453	10.500	0,5	47	3,2	326	
Agronegócio	27.962	28.068	28.207	0,5	139	0,9	245	
Brasil***	105.929	106.557	108.361	1,7	1.805	2,3	2.432	

*Projeção de trabalhadores atuantes na produção para autoconsumo, cujos valores correspondem à última informação disponibilizada pelo IBGE, de 2022 (desde então, não há variação).

** Segundo a nova metodologia de acompanhamento, nos anos correntes, a PO dos agrosserviços ao longo dos trimestres diz respeito a estimativas e reestimativas da PO anual desse segmento, com base nas informações disponibilizadas em cada trimestre – por simplicidade, a informação será interpretada como PO trimestral do segmento;

*** Para permitir comparações, a PO total do Brasil também foi ajustada para considerar o autoconsumo; o número passou a englobar trabalhadores exclusivos de autoconsumo na agropecuária, exploração de minerais, artesanato e construção civil.

Fonte: CEPEA/CNA (2025b).

De Souza, Ruths e Piffer (2023) realizaram a comparação e análise da dinâmica do mercado de trabalho formal em segmentos do agronegócio nas mesorregiões do Estado do Paraná nos anos de 2012 e 2018. Os resultados evidenciam redução do número de trabalhadores ocupados no agronegócio em todas as mesorregiões paranaenses. Ademais, verificou-se que a distribuição espacial dos postos de trabalho e o perfil de rendimentos apresentam comportamentos distintos entre as mesorregiões, indicando a presença de uma divisão social do trabalho no agronegócio estadual.

As mesorregiões Norte Central, Metropolitana de Curitiba, Sudeste, Sudoeste, Noroeste, Oeste e Centro Ocidental possuem maior participação do segmento agroindustrial na geração de emprego e renda formal, caracterizando dinâmicas laborais associadas a um *continuum* produtivo urbano-industrial. Em contraste, as mesorregiões Centro-Sul, Norte Pioneiro e Centro Oriental destacam-se pela predominância de empregos no segmento primário, com características vinculadas a um *continuum* urbano-rural. As diferenças podem ser interpretadas à luz da teoria dos pólos, considerando que o processo de modernização do agronegócio afetou de maneira heterogênea o mercado de trabalho formal ao longo das mesorregiões. Para De Souza, Ruths e Piffer (2023), os resultados contribuem para subsidiar políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do agronegócio paranaense, bem como para orientar a atuação de trabalhadores e empregadores do setor.

Tabela 2. Perfil da mão de obra do agronegócio brasileiro (em milhares), por classes de posição na ocupação e categorias de emprego, escolaridade e gênero.

Classe	Categoria	2024	2025	2025	2T2025/1T2025	2T2025/2T2024		
		2T2024	1T2025	2T2025	%	Δ	%	Δ
Posição na ocupação e categorias de emprego	Empregado c/	9.570	9.811	9.839	0,30	28	2,80	268
	Empregado s/	4.260	4.109	4.226	2,80	117	-0,80	-34
	Empregador	1.080	1.066	1.025	-3,80	-41	-5,10	-55
	Conta própria	6.745	6.765	6.821	0,80	56	1,10	76
	Familiar	1.364	1.373	1.352	-1,50	-21	-2,10	-12
	Autoconsumo	4.943	4.943	4.943	0,00	0	0,00	0
Níveis de instrução	Sem instrução	1.622	1.493	1.487	-0,50	-7	0,90	-136
	Fundamental*	10.781	10.565	10.589	1,70	24	2,30	-193
	Médio***	11.068	11.336	11.439	0,20	103	3,40	371
	Superior***	4.491	4.673	4.693	0,40	19	4,50	202
Gênero	Masculino	17.398	17.377	17.439	0,40	62	0,20	42
	Feminino	10.564	10.690	10.767	0,70	77	1,90	203
Total		27.962	28.068	28.207	0,50	139	0,90	245

*Também estão no grupo os militares e servidores estatutário – tal categoria só existe nos agrosserviços;

**Refere-se à projeção de trabalhadores atuantes na produção para autoconsumo, cujos valores correspondem à última informação disponibilizada pelo IBGE, de 2022 (desde então, não há variação).

***Incompleto ou completo.

Fonte: CEPEA/CNA (2025b)

Em relação ao perfil da mão de obra do agronegócio (Tabela 2), verificou-se aumento da População Ocupada (PO) de trabalhadores por conta própria (1,1%, ou +76.460 indivíduos) e de empregados com carteira assinada (2,8%, ou +268.459 indivíduos). O contingente de empregados formais atingiu seu maior nível da série histórica, totalizando aproximadamente 9,84 milhões de trabalhadores, o que representa cerca de 34,9% da força de trabalho do agronegócio. Em sentido oposto, houve redução nas demais categorias ocupacionais, especialmente entre empregadores (-5,1%, ou -55.132 trabalhadores) e empregados sem carteira assinada (-0,8%, ou -33.553 trabalhadores). A série histórica indica que a tendência de crescimento entre empregadores formais foi interrompida durante o período pandêmico, mas retomada posteriormente. Já a evolução de empregados sem carteira e de empregadores acompanha comportamento semelhante ao longo do tempo (CEPEA/CNA, 2025b).

Entre 2012 e 2018, Morais (2022) verificou queda expressiva na participação de trabalhadores com menor escolaridade e crescimento daqueles com ensino médio e superior, indicando demanda crescente por formação profissional. Houve redução de empregados sem carteira no Nordeste, Sudeste e Sul, enquanto o Norte e o Centro-Oeste registraram aumento dessa categoria. Em relação aos rendimentos, as regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores salários médios, enquanto Norte e Nordeste

permaneceram nos menores patamares. O estudo de Morais (2022) reforça a importância de políticas públicas e investigações contínuas para compreender as dinâmicas regionais e promover desenvolvimento e equidade no setor.

Para Garcias et al. (2022), os trabalhadores com menor nível de qualificação foram os mais impactados pela crise desencadeada pela pandemia de Covid-19. Nesse contexto, os autores sugerem que políticas voltadas à geração e manutenção de empregos no setor, bem como medidas de apoio a trabalhadores informais e desempregados, configuram estratégias potenciais para mitigar os efeitos adversos da pandemia sobre o mercado de trabalho do agronegócio.

O estudo de Loayza, Reis e Jesus (2024) analisou o mercado de trabalho formal do agronegócio na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), comparando o período pandêmico da COVID-19 (2020-2021) com o ano anterior à pandemia (2019). Na metodologia aplicada, foi crucial a identificação e classificação dos empregos formais no agronegócio, feita por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Os autores reconheceram como limitação metodológica o fato de a RAIS capturar apenas o mercado formal, excluindo a significativa parcela de informalidade que caracteriza o setor no país. No entanto, justificam a escolha por ser a base de dados, ao invés da PNAD Contínua, por possuir informações municipais, sendo a mais adequada para analisar a região do MATOPIBA, a qual engloba municípios específicos de alguns Estados.

Loayza, Reis e Jesus (2024) concluíram que, diferente de outros setores da economia, o agronegócio na região não sofreu os efeitos negativos da crise, apresentando crescimento no número de vínculos empregatícios, aumento da participação feminina e maior inserção de trabalhadores com ensino médio e superior. Esse desempenho foi atribuído à essencialidade do setor, capacidade de adaptação e inovação, demanda contínua por produtos agrícolas e características produtivas da região. Os segmentos de insumos, primário e agroindustrial tiveram expansão no emprego formal, com destaque para o segmento primário. Apesar da concentração espacial da mão de obra em poucos municípios polos, houve aumento da massa salarial do agronegócio em relação a outros setores, com tendência de qualificação da força de trabalho. Os resultados reforçam a resiliência e o papel estratégico do agronegócio no MATOPIBA, contribuindo para o desenvolvimento regional mesmo em um contexto de crise econômica e sanitária.

Em relação ao gênero, a expansão da participação feminina no agronegócio ocorreu em ritmo superior ao masculino. Comparando-se ao 2º trimestre de 2024, a PO feminina cresceu 1,9 (+203.093 trabalhadoras), enquanto a masculina aumentou 0,2 (+41.554 trabalhadores) no 2º trimestre de 2025 (CEPEA/CNA, 2025b).

A participação masculina permaneceu superior à feminina entre 2012 e 2018 (Morais, 2022) e, entre 2004 e 2015 a participação feminina aumentou de cerca de 24 para quase 28, enquanto o número de homens empregados no setor diminuiu (Castro et al., 2022). Esse crescimento feminino recatado por Castro et al. (2022) esteve concentrado principalmente na agroindústria e nos agrosserviços, setores que demandaram maior qualificação e absorveram especialmente mulheres acima de 30 anos.

Por último, no boletim, é apresentada a seção dos rendimentos médios mensais habituais no agronegócio, ajustados para os preços de maio de 2025 corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A análise concentra-se nos rendimentos dos trabalhadores assalariados do agronegócio, complementada pelos rendimentos médios de empregadores e trabalhadores por conta própria. Para estes últimos, devido às limitações amostrais, a avaliação restringe-se aos segmentos primário agrícola e pecuário, além dos totais do agronegócio e do Brasil (CEPEA/CNA, 2025b).

No 2º trimestre de 2025, os rendimentos médios mensais habituais do agronegócio evidenciaram diferenças relevantes entre categorias de trabalhadores. O rendimento médio de “empregados e outros” foi de R\$2.744, permanecendo abaixo da média nacional (R\$3.244). Na comparação com o 2º trimestre de 2024, verificaram-se aumentos reais na maior parte dos segmentos, com destaque para a agricultura (9,8), a agroindústria pecuária (7,3), a pecuária (5,1) e os agroinsumos (5,0), enquanto a indústria agrícola foi a única a apresentar estabilidade ou leve retração. Os resultados refletem a heterogeneidade estrutural do setor e as distintas dinâmicas de geração de valor ao longo das cadeias produtivas (CEPEA/CNA, 2025b).

Entre os empregadores, o rendimento médio alcançou R\$ 7.896 no 2º trimestre de 2025, valor inferior ao observado na economia nacional (R\$8.447) e 0,4 menor que o registrado no mesmo período do ano anterior, com reduções mais intensas na agricultura (-6,5) e na pecuária (-19,8) (Tabela 3). Para os trabalhadores por conta própria, o rendimento médio foi de R\$2.397, também inferior ao total do Brasil (R\$2.880), embora

tenha apresentado crescimento real de 10,1 em relação ao 2º trimestre de 2024. Esse aumento sugere uma possível recomposição de renda entre trabalhadores autônomos do setor, ainda que em patamar inferior ao verificado em outras atividades da economia (CEPEA/CNA, 2025b).

Tabela 3. Rendimentos médios mensais habituais no agronegócio por posições de ocupação, em reais.

Segmentos	2024	2025		2T2025/1T2025	2T2025/2T2024
	2T2024	1T2025	2T2025	%	%
Empregados e outros					
Insumos	3.950	3.990	4.146	3,9	5,0
Primário Agrícola	1.816	1.900	1.994	5,0	9,8
Primário Pecuária	1.732	1.726	1.820	5,4	5,1
Indústria Agrícola	2.764	2.710	2.750	1,5	-0,5
Indústria Pecuária	2.419	2.533	2.595	2,5	7,3
Serviços	3.080	3.134	3.167	1,0	2,8
Total Agronegócio	2.626	2.693	2.744	1,9	4,5
Brasil	3.156	3.247	3.244	-0,1	2,8
Empregadores					
Primário Agrícola	7.680	8.374	7.184	-14,2	-6,5
Primário Pecuária	10.091	8.742	8.094	-7,4	-19,8
Total Agronegócio	7.930	7.945	7.896	-0,6	-0,4
Brasil	8.507	8.356	8.447	1,1	-0,7
Conta Própria					
Primário Agrícola	2.004	2.099	2.355	12,2	17,5
Primário Pecuária	1.386	1.392	1.491	7,1	7,6
Total Agronegócio	2.178	2.300	2.397	4,2	10,1
Brasil	2.740	2.840	2.880	1,4	5,1

Valores corrigidos pelo IPCA para maio de 2025.

Fonte: CEPEA/CNA (2025b).

Segundo Castro et al. (2022), no período de 2004 a 2015, os rendimentos médios das trabalhadoras aumentaram de forma expressiva, cerca de 57, sendo a elevação da escolaridade o principal fator associado. Para o autor, mesmo apresentando características que poderiam justificar salários semelhantes ou superiores aos dos homens, as mulheres continuaram recebendo remunerações inferiores, indicando persistência de discriminação salarial dentro do setor.

Apesar do avanço da inserção feminina qualificada, a escolaridade média das mulheres do agronegócio ainda permanece abaixo daquela observada entre mulheres de outros setores econômicos, o que contribui para diferenças de rendimento entre esses grupos. A análise da distribuição salarial revelou que os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, bem como entre mulheres do agronegócio e de outros setores, são

mais intensos nas faixas de menor e maior renda, com discriminação especialmente acentuada nos quartis superiores da distribuição. A partir desses resultados, os pesquisadores sugerem a necessidade de políticas e iniciativas públicas e privadas voltadas à redução das desigualdades de gênero no agronegócio e à ampliação de oportunidades qualificadas, sobretudo para mulheres em situação econômica mais vulnerável (Castro et. al., 2022).

4 DADOS E METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de estatística descritiva, da qual compõem os procedimentos e técnicas que servem para recolher organizar, sintetizar e descrever dados (Santos, 2007). A pesquisa é básica por buscar gerar conhecimento novo sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF. A abordagem é quantitativa pois se baseia na coleta e análise numérica de dados secundários oficiais. Seus procedimentos são predominantemente descritivos, visando mapear e quantificar as características desse mercado (volume, distribuição setorial e espacial, evolução temporal).

A análise avança para uma interpretação analítica dos resultados. Os padrões identificados são discutidos à luz do referencial teórico, permitindo a elaboração de inferências e associações contextuais sobre os fatores que podem influenciar a dinâmica observada, sem, contudo, testar relações de causalidade *stricto sensu*.

4.1 Área de estudo

O estudo concentra-se na RIDE-DF. A escolha desta área justifica-se por sua complexidade socioeconômica e pela integração produtiva entre o Distrito Federal e os municípios adjacentes dos estados de Goiás e Minas Gerais, formando um polo estratégico para o agronegócio regional.

4.2 Base de dados: Critérios de Classificação e Segmentação

Para a análise do mercado de trabalho formal, os dados os dados relativos ao número de vínculos trabalhistas formais foram extraídos do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), vinculado ao MTE. A coleta foi realizada por meio da plataforma de *Business Intelligence* do MTE (BRASIL, 2026). A obtenção dos dados, realizada em janeiro de 2026, contemplou o estoque de vínculos empregatícios formais, desagregados por município e por classe da CNAE 2.0. Essa base de dados permite uma visão detalhada da movimentação de trabalhadores com carteira assinada, garantindo a fidedignidade das informações sobre o emprego formal na região.

A classificação das atividades econômicas seguiu a metodologia proposta pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ-USP), que subdivide o agronegócio em quatro segmentos fundamentais: insumos, primário (agropecuária), agroindústria e agrosserviços (Tabela 4). No entanto para este trabalho, optou-se por concentrar nos segmentos de insumos, primário (agropecuária) e agroindustrial, nos quais se insere parte significativa das atividades do agronegócio. Embora os agrosserviços desempenhem papel relevante no conjunto do setor, decidiu-se por não incluí-los na análise em razão de sua elevada heterogeneidade. Conforme a classificação do CEPEA, o segmento de agrosserviços envolve relações simultâneas do agronegócio com outros setores da economia, o que dificulta o isolamento e a identificação precisa, a partir dos dados da RAIS, dos postos de trabalho diretamente vinculados ao agronegócio, assim como no trabalho de Loayza, Reis e Jesus (2024).

Tabela 4. Segmentos fundamentais do agronegócio, conforme CEPEA/ESALQ-USP.

(continua)

Segmentos	CNAE 2.0	Atividades
Insumos	2012; 2013	Fertilizantes e corretivos de solo
	20517	Defensivos agrícolas
	10660	Rações
	21220	Medicamentos veterinários
	283	Máquinas para agropecuária
Primário	011; 012; 013; 014 e 02	Agricultura e floresta
	015; 017; 03	Pecuária, pesca e aquicultura
Agroindústria	101; 102	Abate e preparação de carnes e pescado
	105	Laticínios
	107; 193	Indústria do café
	103	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais

Tabela 4. Segmentos fundamentais do agronegócio, conforme CEPEA/ESALQ-USP.

(continuação)		
	104	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
	106 exceto 10660	Moagem, fabricação de produtos amiláceos excluídos alimentos para animais
	109	Outros produtos alimentares
	11	Bebidas
Agroindústria	12	Fabricação de produtos do fumo
	1311; 1312; 1321; 1322	Têxtil de base natural
	14	Vestuários e acessórios*
	1510; 1529; 1531	Artigos de couro e calçados
	16	Fabricação de produtos de madeira
	17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
	3101	Móveis de madeira
	Agrosserviços	46, 47, 49 a 53, 55, 56, 58 a 66, 68 a 75, 77 a 82 e 84

*Para a atividade de vestuário e acessórios e para serviços, apenas percentual das CNAEs definidas é considerado pertencente ao agronegócio.

Fonte: CEPEA (2017).

O período de análise compreende os anos de 2022 a 2024. A definição deste intervalo decorre de uma imposição técnica relacionada à transição nas fontes de dados administrativos do Governo Federal. Conforme a Nota Técnica do MTE (BRASIL, 2024), o ano-base de 2022 marcou a consolidação da substituição da declaração da RAIS pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para empresas dos Grupos 1, 2 e 3.

A mudança gerou uma “quebra de série histórica”, e forma de captação ampliou a cobertura e alterou a metodologia de registro. Portanto, seguindo as recomendações do MTE, este estudo evita a comparação direta com dados anteriores a 2022, garantindo que a análise do panorama do mercado formal na RIDE-DF seja realizada sobre uma base de dados metodologicamente homogênea e atualizada.

Adicionalmente, na extração dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, foram considerados exclusivamente os vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de cada ano do período analisado. Esse critério segue o padrão metodológico adotado em estudos que utilizam o estoque de empregos formais como indicador da estrutura

ocupacional, permitindo a comparabilidade temporal entre os anos e entre os municípios da RIDE-DF.

Embora o mês de dezembro coincida com etapas relevantes do ciclo produtivo de culturas como soja e milho, especialmente o plantio e os tratos culturais, a utilização dos vínculos ativos em 31 de dezembro permite reduzir a superestimação do emprego formal associada aos picos mais intensos de contratação observados nos períodos de colheita. Assim, ainda que não elimine integralmente os efeitos da sazonalidade, esse critério possibilita captar uma medida mais estável do estoque de empregos formais, compatível com o objetivo do estudo de analisar a estrutura ocupacional do agronegócio na região.

4.3 Método

Para o processamento dos dados e geração de figuras, foram utilizados os *softwares* Microsoft Excel e Word. Para a análise dos dados, foram empregadas técnicas de estatística descritiva a fim de analisar mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF. As análises foram conduzidas considerando as dimensões temporal (evolução de 2022 a 2024) e setorial (segmentos de insumos, primário e agroindústria) nos municípios da RIDE-DF). As seguintes medidas e procedimentos foram adotados:

- **Contagens absolutas:** Apresentação do número de vínculos empregatícios formais (estoque) para cada ano, segmento e município.
- **Percentual do setor do agronegócio:** Para avaliar a importância relativa de cada segmento no total do agronegócio, do agronegócio no total da região, e de cada município no total do agronegócio, utilizou-se a equação 1:

$$P = \left(\frac{Agro}{Total} \right) \times 100 \quad (1)$$

sendo: Agro o quantitativo de vínculos trabalhistas formais do setor do agronegócio naquele ano. Total o quantitativo de vínculos trabalhistas formais de todos os setores no mesmo ano.

- **Variações percentuais anuais:** Para analisar a evolução temporal, calculou-se a taxa de crescimento anual, conforme a Equação 2:

$$\text{Taxa de crescimento} = \left(\frac{V_T - V_{T-1}}{V_{T-1}} \right) \times 100 \quad (2)$$

sendo: V_T o quantitativo de vínculos formais no ano de referência e V_{T-1} o quantitativo de vínculos formais no ano anterior ao ano de referência.

- **Médias:** Para obter uma medida de tendência central no triênio utilizada na tabela 6, calculou-se a média aritmética simples do percentual do setor do agronegócio (equação 1) para cada município e segmento, conforme Equação 3:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=0}^n X_i}{n} \quad (3)$$

sendo: X_i o percentual do setor do agronegócio segmentado por ano e município, o valor de n é igual a três e \bar{X} é o resultado da média da amostra.

- **Análise de concentração espacial:** Foi calculada a participação acumulada dos principais municípios no total de vínculos do agronegócio, permitindo identificar o grau de concentração geográfica do emprego formal.
- **Análise gráfica e tabular:** Os dados foram organizados em tabelas e gráficos para facilitar a visualização e interpretação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Área de estudo: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)

O estudo concentra-se na RIDE-DF. A escolha desta área justifica-se por sua complexidade socioeconômica e pela integração produtiva entre o Distrito Federal e os municípios adjacentes dos estados de Goiás e Minas Gerais, formando um polo estratégico para o agronegócio regional.

Antes de abordar as características da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), faz necessário apresentar as definições relacionadas aos recortes territoriais denominados regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Segundo artigo 2º, inciso I, da Lei nº 13.089/2015, que instituiu o Estatuto da Metrópole, aglomeração urbana é a “unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais,

políticas e socioeconômicas”. Já o inciso V desse artigo define como região metropolitana “a unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”, sendo que o inciso II considera como função pública de interesse comum a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes” (BRASIL, 2015).

As regiões integradas de desenvolvimento são aglomerados urbanos que se diferenciam das regiões metropolitanas por apresentarem municípios pertencentes a estados diferentes, sendo necessária uma lei complementar federal para sua criação. A Constituição Federal de 1988 prevê que:

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

§ 4º Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono (BRASIL, 1988).

A partir da inauguração de Brasília em 1960, o adensamento populacional passou a ocorrer no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970. A expansão dessa área ocorreu de forma dispersa e polinucleada no território do Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e alcançando municípios de Goiás, resultando na formação da Área Metropolitana de Brasília.

Em meados da década de 1970, já era evidente o impacto da construção de Brasília em seu entorno. Nesse contexto, foi proposto o Programa da Região Geoeconômica de

Brasília (PERGEB), elaborado na segunda metade da década, em consonância com a previsão de Lúcio Costa de que Brasília induziria a formação de sua própria região. A década de 1980 marca o início da conformação da área metropolitana de Brasília, com municípios adjacentes reunindo cerca de 200 mil habitantes. Na década de 1990, esse processo se intensificou, gerando as primeiras discussões sobre sua gestão territorial (BRASIL, 2025).

Diante da necessidade de planejamento integrado, a Lei Complementar nº 94/1998 autorizou o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. A criação da RIDE teve como finalidade promover a articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal. De acordo com o artigo 3º da referida Lei, “consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infraestrutura e de geração de empregos” (BRASIL, 1998).

A criação da RIDE destaca a importância dos serviços públicos relacionados à geração de empregos, sendo que o mercado de trabalho do DF e do entorno é interligado. A Lei de sua criação determina que o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal estabelecerá normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, sendo que a lei elenca como um dos temas as isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra (BRASIL, 1998).

De acordo o artigo 1º da Lei Complementar nº 94/1998, cuja redação foi alterada pela Lei Complementar nº 163, de 2018 para expansão dos municípios de abrangência da região, a RIDE é composta “pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa

e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais” (BRASIL, 1998). Ou seja, a RIDE é composta pelo DF, 29 municípios goianos e 4 municípios mineiros, totalizando 34 municípios (Figura 3).

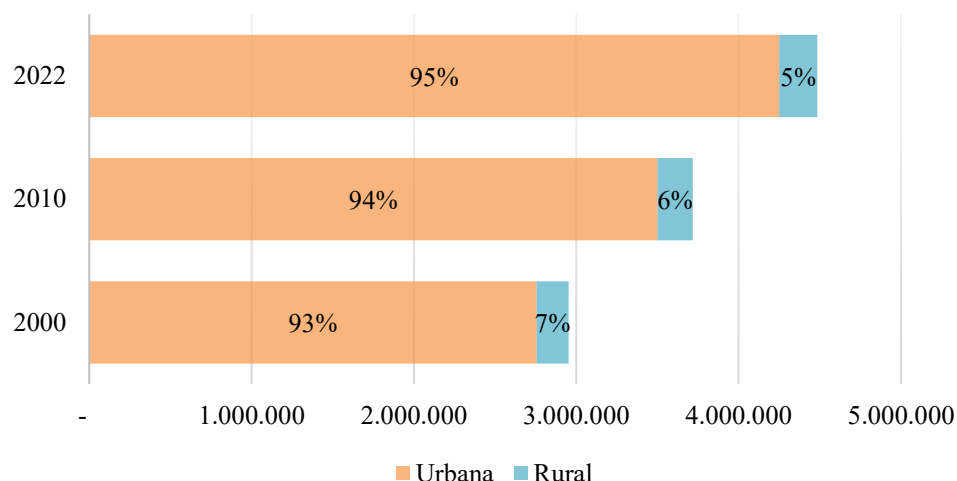
Figura 3. Municípios que integram a RIDE-DF.



Fonte: Brasil (2025).

De acordo com o levantamento do Censo de 2022 (IBGE, 2022), a população da RIDE-DF era de 4.484.116, sendo que 63 dessa estava domiciliada em Brasília (DF), 34 em municípios goianos e 3 em municípios mineiros. Com relação à situação do domicílio, 95 da população da RIDE-DF tinha domicílio urbano e 5 domicílio rural (Figura 4). O município de Brasília (DF) concentrava 42 da população da RIDE domiciliada em área rural, seguido por 6 em Unaí (MG), e 3 Flores de Goiás (GO), Pirenópolis (GO) e Formosa (GO). Já os municípios que possuíam maior concentração de população domiciliada na área rural, em comparação a sua população total, foram Flores de Goiás (GO) (65), Mimoso de Goiás (GO) (52) e Cavalcante (GO) (45). No comparativo com a população do DF, apenas 4 estavam domiciliadas em área rural.

Figura 4. População residente na RIDE-DF por situação do domicílio nos censos 2000, 2010 e 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em IBGE (2000, 2010 e 2022).

No comparativo entre os Censos realizados após a criação da RIDE-DF, houve um crescimento da população na região. De 2000 para 2010 o crescimento foi de 26, sendo de 27 para a população urbana e 10 da população rural. Já no comparativo entre 2010 e 2022, houve uma desaceleração do crescimento com uma taxa de 21, sendo o aumento de 21 da população com domicílio urbano e 7 da com domicílio rural. Na figura 4, nota-se certa estabilidade na proporção entre população urbana e rural.

5.2 Estatística Descritiva para os vínculos trabalhistas formais na RIDE-DF no Agronegócio

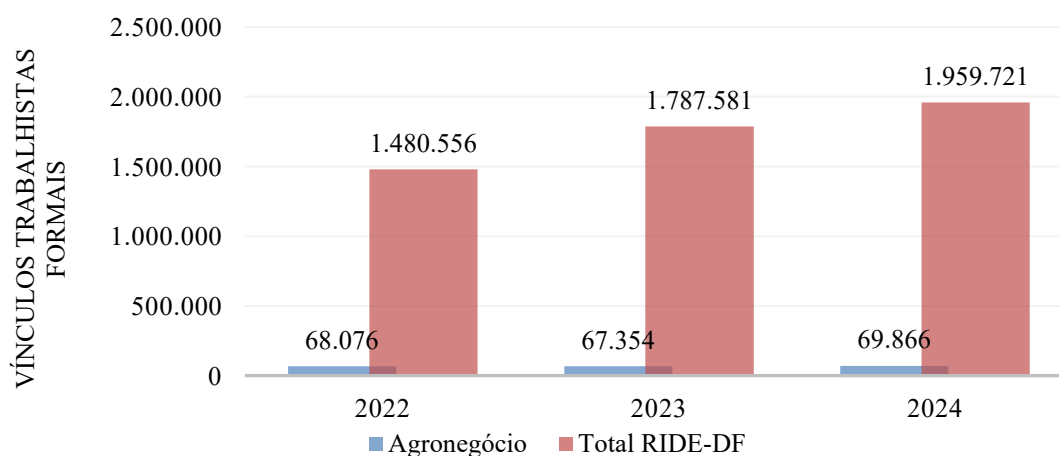
Ao analisar os dados do número de vínculos trabalhistas formais na RIDE-DF (Figura 5), nota-se que ela teve um incremento 20,74 de 2022 para 2023, sendo a administração pública, defesa e seguridade social (alta de 90,11), os serviços prestados principalmente às empresas (alta de 10,02) e construção (alta de 21,65) as atividades econômicas que tiveram maior influência nesse aumento. A variação de 2023 para 2024 permaneceu positiva, mas com menor intensidade, alta de 9,63. As três atividades que tiveram maior impacto nessa foram aumento as de administração pública, defesa e seguridade social (alta de 17,75), serviços prestados principalmente às empresas (alta de 7,74) e saúde e serviços sociais (alta de 9,66) (Brasil, 2026).

Esse comportamento evidencia que a expansão do emprego formal na RIDE-DF esteve fortemente associada ao dinamismo das atividades urbanas e dos serviços públicos

e privados, concentradas sobretudo no Distrito Federal. Segundo Silva, Oliveira e Gomes (2023), a região caracteriza-se por um processo de centralização das funções econômicas e das oportunidades de trabalho, acompanhado por padrões de segregação residencial. Esse arranjo espacial e socioeconômico resulta, em grande medida, das ações iniciais do Estado no processo de implantação e organização do território, que contribuíram para concentrar atividades produtivas e empregos no núcleo do Distrito Federal. O comportamento contribui para explicar a menor participação relativa de setores produtivos como o agronegócio no crescimento recente do mercado de trabalho regional.

Cabe destacar que a menor participação do emprego formal no agronegócio na RIDE-DF não deve ser interpretada como sinal de retração do setor. Ao contrário, trata-se de um comportamento compatível com processos de modernização produtiva, nos quais o crescimento ocorre prioritariamente por ganhos de produtividade, com impactos limitados sobre a geração de novos postos de trabalho formais. No estudo de Wedekin (2019), com base nos Censos Agropecuários, iniciados a partir de 1975, o pico de ocupação no agronegócio no Brasil foi em 1985 com 23,4 milhões de pessoas, com redução nos levantamentos seguintes, chegando a 15 milhões em 2017. O autor argumenta que o grande êxodo rural das últimas décadas reflete o processo intenso de mudanças tecnológicas no agronegócio, como variedades mais produtivas e de menor ciclo de produção, maior uso de agroquímicos e mecanização dos processos de plantio, tratamentos culturais e colheita.

Figura 5. Vínculos trabalhistas formais totais e no agronegócio na RIDE-DF, entre 2022 e 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

O número de vínculos trabalhistas formais nas categorias econômicas que compõem o agronegócio manteve-se mais estável, com variação negativa de 1,06 de 2022 para 2023 e alta de 3,73 de 2023 para 2024, e 69.866 empregos formais ao fim de 2024. O setor primário e agroindústria possuem participação semelhante nos empregos do agronegócio nos três períodos analisados, próximos a 50 cada, com participação em torno de 2 para o setor de insumos (Tabela 5).

Tabela 5. Vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF por setor, de 2022 a 2024.

Segmentos	2022	%	2023	%	2024	%
Primário	33.730	49,55	32.518	48,28	33.414	47,83
Insumos	1.354	1,99	1.348	2,00	1.446	2,07
Agroindústria	32.992	48,46	33.488	49,72	35.006	50,10
Agronegócio	68.076	100,00	67.354	100,00	69.866	100,00
Total	1.480.556	4,60	1.787.581	3,77	1.959.721	3,57

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

A expressiva participação da agroindústria indica maior processamento da produção agropecuária e de incorporação de valor agregado, elemento que, segundo a abordagem de Hirschman (1958), está associado à ampliação dos encadeamentos produtivos e ao aumento da complexidade da estrutura econômica. No entanto, ao analisar a Tabela 6, observa-se que as principais atividades empregadoras do segmento agroindustrial na RIDE-DF estão predominantemente voltadas ao atendimento do mercado local ou regional. Essa configuração é compatível com o que destacaram Diniz e Mendes (2021), em estudo sobre as tendências regionais da indústria brasileira no século XXI, ao afirmarem que:

Há também pequenas unidades industriais voltadas para a produção de bens de consumo generalizado e orientadas para os mercados locais ou regionais (padarias, alimentos, bebidas, confecções, móveis etc.). Igualmente, essas unidades são importantes do ponto de vista econômico e social, porém não atingem escala e capacidade de criar efeitos interindustriais dinâmicos (Diniz e Mendes, 2021, p. 20)

Assim, embora a presença da agroindústria represente um avanço em termos de agregação de valor, os resultados indicam limites à geração de encadeamentos produtivos mais amplos para além do contexto regional.

Tabela 6. Vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF, de 2022 a 2024, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0.

Setor	CNAE	2022	%	2023	%	2024	%
Primário	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	31.759	45,79	30.655	44,48	31.612	44,22
Agroindústria	Fabricação de produtos alimentícios	23.634	34,08	24.366	35,35	25.597	35,80
Agroindústria	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.862	5,57	3.785	5,49	3.743	5,24
Agroindústria	Fabricação de bebidas	2.973	4,29	2.964	4,30	3.053	4,27
Agroindústria	Fabricação de móveis	2.222	3,20	2.355	3,42	2.424	3,39
Agroindústria	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.408	2,03	1.381	2,00	1.558	2,18
Insumos	Fabricação de produtos alimentícios	1.016	1,46	983	1,43	1.068	1,49
Agroindústria	Fabricação de produtos de madeira	907	1,31	885	1,28	868	1,21
Primário	Produção florestal	693	1,00	678	0,98	672	0,94
Insumos	Fabricação de produtos químicos	248	0,36	266	0,39	291	0,41
Agroindústria	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	287	0,41	277	0,40	269	0,38
Insumos	Fabricação de máquinas e equipamentos	103	0,15	116	0,17	117	0,16
Primário	Pesca e aquicultura	106	0,15	89	0,13	89	0,12
Agroindústria	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	80	0,12	75	0,11	69	0,10
Agroindústria	Fabricação de produtos têxteis	38	0,05	39	0,06	55	0,08
Agroindústria	Fabricação de produtos do fumo	4	0,01	9	0,01	8	0,01
Insumos	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	17	0,02	0	0,00	0	0,00
Total agronegócio		69.357	100	68.923	100	71.493	100

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

Tabela 7. Média de vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF em relação à população total ocupada, por município, entre 2022 e 2024.

(continua)

Municípios	Média dos 3 anos		
	Agronegócio	Geral	%
Água Fria de Goiás - GO	820	1.351	60,7%
Cabeceiras - GO	800	1.518	52,7%
Cristalina - GO	8.445	18.144	46,5%
Mimoso de Goiás - GO	235	544	43,2%
Cabeceira Grande - MG	459	1.074	42,7%
Buritit - MG	1.932	5.155	37,5%
Vila Propício - GO	586	1.593	36,8%
Corumbá de Goiás - GO	505	1.435	35,2%
São João D'Aliança - GO	689	1.960	35,1%
Flores de Goiás - GO	428	1.220	35,1%
Goianésia - GO	6.535	19.750	33,1%
Padre Bernardo - GO	1.040	3.853	27,0%
Vila Boa - GO	414	1.601	25,9%

Tabela 7. Média de vínculos trabalhistas formais no agronegócio na RIDE-DF em relação à população total ocupada, por município, entre 2022 e 2024.

(continuação)

Municípios	Média dos 3 anos		
	Agronegócio	Geral	%
Abadiânia - GO	661	2.957	22,4%
Cocalzinho de Goiás - GO	494	2.266	21,8%
Unai - MG	4.161	21.272	19,6%
Alexânia - GO	1.044	5.783	18,1%
Arinos - MG	469	2.644	17,7%
Formosa - GO	3.147	22.781	13,8%
Niquelândia - GO	1.102	8.239	13,4%
Alto Paraíso de Goiás - GO	282	2.126	13,2%
Luziânia - GO	3.914	32.333	12,1%
Simolândia - GO	105	899	11,6%
Alvorada do Norte - GO	151	1.328	11,3%
Cidade Ocidental - GO	875	8.600	10,2%
Barro Alto - GO	370	4.608	8,0%
Planaltina - GO	730	9.461	7,7%
Pirenópolis - GO	370	5.164	7,2%
Cavalcante - GO	56	964	5,8%
Novo Gama - GO	294	6.951	4,2%
Santo Antônio do Descoberto - GO	260	6.248	4,2%
Águas Lindas de Goiás – GO	367	16.528	2,2%
Brasília - DF	26.316	1.500.086	1,8%
Valparaíso de Goiás - GO	379	22.184	1,7%
Total	68.432	1.742.619	3,9%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

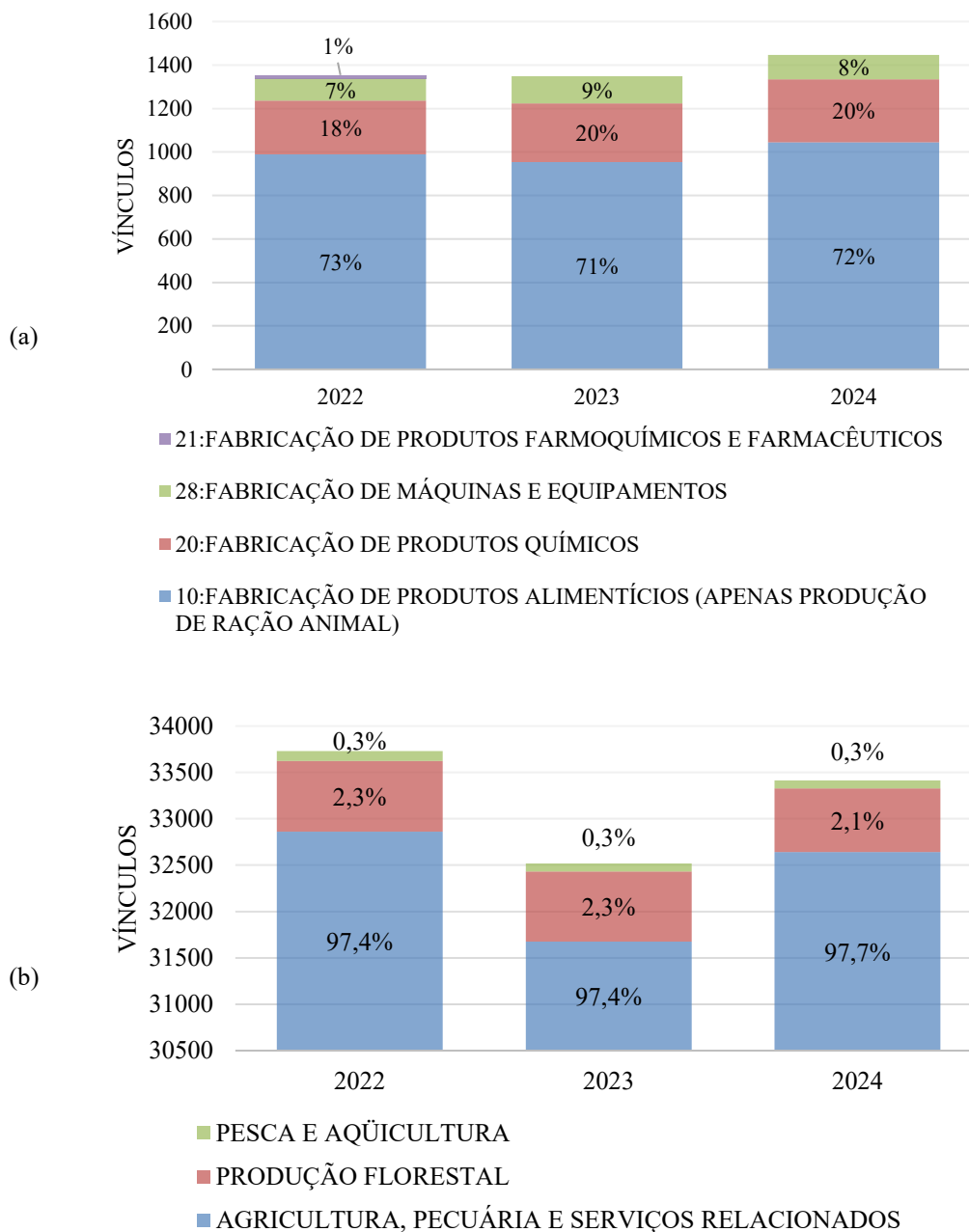
Em relação à distribuição entre os municípios da RIDE-DF (Tabela 7), analisando a média dos três anos adotados para o estudo, Brasília-DF foi o município com o maior número de pessoas ocupadas no agronegócio, com a média de 26.316. No entanto, a participação desse número com o total de pessoas ocupadas em Brasília foi de apenas 1,8. Os municípios que se destacam com uma maior participação do agronegócio nos empregos formais, com mais de 50 de participação, foram Água Fria de Goiás - GO (60,7), Cabeceiras - GO (52,7) e Cristalina – GO (46,5), sendo que o maior número de vínculos foi no cultivo de soja nos dois primeiros municípios e na horticultura no terceiro.

A distribuição espacial do emprego formal do agronegócio na RIDE-DF evidencia a existência de uma hierarquia funcional entre os municípios que compõem a região. Observa-se que poucos municípios concentram a maior parte dos vínculos empregatícios, enquanto a maioria apresenta participação reduzida, o que reflete padrões de centralidade econômica e especialização produtiva. Essa configuração é compatível com os pressupostos das teorias do desenvolvimento regional, em especial a Teoria dos Pólos de

Crescimento (Perroux, 1967) e a Teoria do Lugar Central (Christaller, 1966). Segundo as teorias, o dinamismo econômico tende a se concentrar em núcleos específicos capazes de ofertar infraestrutura, serviços especializados e atividades de maior valor agregado, condicionando a distribuição do emprego e reforçando assimetrias espaciais no interior de regiões integradas.

A Figura 6a apresenta a distribuição dos vínculos trabalhistas formais do segmento de insumos do agronegócio na RIDE-DF, evidenciando a predominância das atividades relacionadas à fabricação de rações e fertilizantes. Destaca-se que a fabricação de ração animal concentra aproximadamente 72 do emprego formal nesse segmento, sendo compatível com a estrutura produtiva regional, marcada pela forte presença da agricultura e, sobretudo, da pecuária (Figura 6b). Essa elevada participação reflete a importância dos insumos de uso direto no suporte às atividades primárias. A fabricação de máquinas e equipamentos destinados ao agronegócio responde por cerca de 8 dos vínculos empregatícios, indicando a existência de uma base industrial de apoio à produção agropecuária, ainda que com participação relativamente menor.

Figura 6. Vínculos trabalhistas formais nos setores de insumos (a) e primário (b) na RIDE-DF, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), de 2022 a 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

A Figura 6b evidencia que aproximadamente 97 da dos empregos formais do setor primário da RIDE-DF concentra-se nas atividades agrícolas e pecuárias, demonstrando a expressiva predominância do segmento primário na estrutura produtiva regional. Esse resultado dialoga diretamente com os dados apresentados na Tabela 5, segundo os quais o segmento primário responde por quase 50 dos empregos formais do agronegócio, evidenciando a relevância econômica e ocupacional dessas atividades para a região. A elevada participação da produção agropecuária indica não apenas a especialização

produtiva do território, mas também sua importância estratégica para o abastecimento regional.

A produção de hortaliças (anel 1 – correspondente ao primeiro círculo, mais próximo do centro urbano), incluída nesse conjunto de atividades, desempenha papel fundamental para a segurança alimentar da RIDE-DF, sobretudo do Distrito Federal, onde se concentra a maior parcela da população. A proximidade entre as áreas produtoras e o principal centro consumidor favorece o fornecimento de produtos altamente perecíveis, reduzindo custos de transporte e perdas logísticas. Brasília e Cristalina concentraram, no ano de 2024, cerca de 86 dos empregos formais na atividade de produção de hortaliças. Respectivamente, estes dois registraram 1.204 e 1.594 vínculos trabalhistas. Essa configuração espacial é compatível com a Teoria dos Anéis de Thünen, segundo a qual cultivos intensivos e com elevada perecibilidade tendem a se localizar nas áreas mais próximas aos centros urbanos, de modo a maximizar a rentabilidade frente aos custos de transporte (Thünen, 1966). Nesse sentido, a produção florestal (anel 2 – segundo anel, um pouco mais distante que o primeiro), que representa cerca de 2,3 do total, também contribui para o abastecimento local e regional.

Apesar da relevância das atividades voltadas ao abastecimento regional, observa-se que as cadeias produtivas associadas à produção de commodities agropecuárias, cujos preços são definidos nos mercados internacionais, como a soja e a carne bovina, são aquelas que concentram o maior volume de empregos formais na RIDE-DF (Tabela 8). Esse padrão reflete a importância dessas atividades na estrutura ocupacional regional, associada à sua escala produtiva, maior demanda por fatores de produção e maior integração a mercados externos. Assim, os resultados indicam que a organização espacial da produção agropecuária na RIDE-DF segue padrões clássicos de localização econômica, reforçando o papel estratégico do segmento primário tanto na geração de emprego e na sua importância econômica quanto no abastecimento e na segurança alimentar regional.

No entanto, diversos municípios exibem elevada especialização produtiva em *commodities* agropecuárias que, embora contribua para a geração de volume expressivo de empregos formais, também expõe essas economias locais a fragilidades estruturais. Entre essas vulnerabilidades destacam-se a elevada sensibilidade às flutuações dos preços internacionais, que afetam diretamente a renda e a estabilidade do emprego formal. Soma-

se a isso a concentração de riscos climáticos e fitossanitários, uma vez que a reduzida diversificação produtiva tende a amplificar os impactos de eventos adversos, como secas, pragas e doenças. Ademais, a limitada retenção local de valor constitui outro fator relevante, dado que parcela significativa do valor agregado das *commodities* é apropriada em etapas de processamento e comercialização realizadas fora da região, restringindo os efeitos multiplicadores do emprego primário sobre as economias locais.

Tabela 8. Média de vínculos trabalhistas formais setor primário na RIDE-DF entre 2022 e 2024.

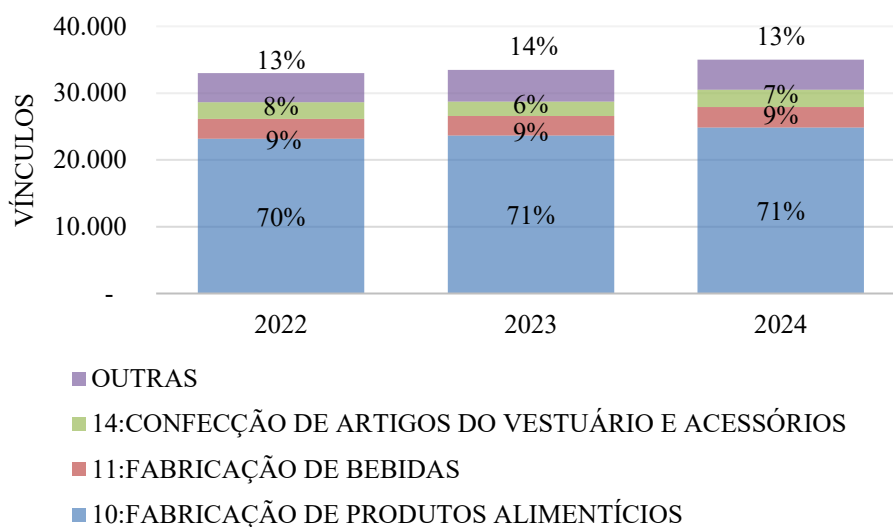
CNAE 2.0 Classe	Média dos 3 anos	%
Criação de bovinos	7.508	23%
Cultivo de soja	6.699	20%
Horticultura	3.155	9%
Cultivo de cereais	3.110	9%
Produção de sementes certificadas	2.755	8%
Criação de aves	2.335	7%
Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas	2.143	6%
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	1.305	4%
Cultivo de café	654	2%
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas	758	2%
Outros	2.800	8%
Total	33.221	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

O dinamismo ocupacional observado em determinados municípios pode ocultar uma fragilidade estrutural subjacente, à medida em que o emprego formal se encontra fortemente concentrado em atividades de menor resiliência econômica e com limitada capacidade de inovação e agregação de valor no território. Como assinala Furtado (1959), o dinamismo das economias exportadoras de produtos primários não se converte, necessariamente, em transformação estrutural interna, uma vez que permanecem restritas a geração de atividades complementares e a internalização do excedente econômico, limitando os efeitos duradouros sobre o desenvolvimento regional.

A Figura 7 evidencia que a população ocupada na agroindústria da RIDE-DF, no período 2022-2024, concentra-se majoritariamente (cerca de 70) em um conjunto diversificado de atividades agrupadas na categoria "OUTRAS", enquanto as divisões específicas apresentam participações menores e estáveis: a fabricação de produtos alimentícios responde por 13-14 do emprego, a fabricação de bebidas por cerca de 9 e a confecção de artigos do vestuário entre 6 e 8, indicando uma estrutura ocupacional consolidada e com pouca variação setorial no curto prazo.

Figura 7. Vínculos trabalhistas formais no setor agroindústria na RIDE-DF, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), de 2022 a 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2026).

Em uma visão mais desagregada do setor da agroindústria, ao longo do triênio 2022-2024, o setor é liderado pela fabricação de produtos de panificação, que se consolidou como a atividade de maior peso relativo. A ela somam-se outras cadeias importantes, como a produção de açúcar em bruto, o abate de animais, a fabricação de bebidas não-alcoólicas e a indústria moveleira, que em conjunto formam o núcleo dinâmico da agroindústria regional. Essa configuração reflete tanto a vocação local para o abastecimento alimentar quanto a presença de arranjos produtivos vinculados aos recursos naturais e à demanda urbana. Outro ponto de interesse é que o setor manteve crescimento contínuo em quantitativo de vínculos trabalhistas no período analisado, uma variação de cerca de 6 de 2022 a 2024.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF no período de 2022 a 2024, a partir de uma abordagem sistêmica do agronegócio e da compreensão do trabalho como fator central da produção. Conforme discutido na introdução, a análise do emprego no setor exige considerar não apenas a atividade agropecuária em sentido estrito, mas também os segmentos de insumos e agroindústria, bem como o papel da formalização das relações de trabalho.

Os resultados indicam que o agronegócio apresenta participação relativamente reduzida no total do emprego formal da RIDE-DF, sobretudo quando comparado ao dinamismo das atividades urbanas e de serviços concentradas no Distrito Federal. Ainda assim, o setor manteve estabilidade e crescimento moderado no período analisado, comportamento compatível com processos de modernização produtiva, nos quais os ganhos de produtividade tendem a limitar a expansão do número de postos de trabalho formais, sem que isso implique perda de relevância econômica.

A estrutura setorial do emprego formal revelou forte concentração nos segmentos primário e agroindustrial, que juntos responderam pela quase totalidade dos vínculos do agronegócio regional. No segmento primário, a expressiva participação do emprego formal assume especial relevância, na medida em que esse tipo de vínculo pressupõe maior aderência às normas trabalhistas e melhores condições institucionais para a proteção do trabalhador rural. Nesse sentido, a formalização do emprego está associada, ainda que de forma indireta, à observância de instrumentos regulatórios como a Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31), que estabelece parâmetros mínimos de segurança, saúde e organização do trabalho no meio rural.

A análise espacial evidenciou significativa heterogeneidade entre os municípios da RIDE-DF, com elevada concentração do emprego formal do agronegócio em poucos polos produtivos e forte especialização em atividades agropecuárias em determinados municípios. Embora essa especialização contribua para a geração de empregos formais, ela também expõe o mercado de trabalho local a vulnerabilidades associadas à volatilidade de preços, aos riscos climáticos e à limitada diversificação produtiva. Nesses contextos, a formalização do trabalho assume importância adicional como mecanismo de proteção social e de redução de riscos ocupacionais.

Adicionalmente, os resultados reforçam o papel estratégico da RIDE-DF no abastecimento do Distrito Federal, especialmente no fornecimento de produtos agropecuários perecíveis, cuja proximidade ao principal centro consumidor favorece a organização produtiva e a estabilidade das relações de trabalho. Essa configuração territorial, coerente com os pressupostos clássicos da economia regional, contribui para a manutenção de vínculos formais mais contínuos, ainda que concentrados em atividades de menor agregação de valor.

Em síntese, o estudo demonstra que o mercado de trabalho formal do agronegócio na RIDE-DF desempenha papel relevante na economia regional, embora marcado por forte heterogeneidade setorial e espacial. A formalização do emprego, ainda que não elimine as fragilidades estruturais associadas à especialização produtiva, constitui um elemento central para a garantia de direitos trabalhistas e para a melhoria das condições de trabalho no setor.

Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A principal delas refere-se ao uso exclusivo de dados do mercado formal de trabalho, o que implica a exclusão de uma parcela significativa da força de trabalho do agronegócio, historicamente marcada pela informalidade. Ademais, a análise baseou-se no estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano, o que, embora reduza efeitos sazonais mais intensos, não captura integralmente a dinâmica intra-anual das contratações. Outra limitação diz respeito à não inclusão do segmento de agrosserviços, cuja elevada heterogeneidade dificulta sua identificação precisa a partir dos dados administrativos disponíveis.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para incluir indicadores de rendimento, escolaridade e perfil demográfico dos trabalhadores formais do agronegócio na RIDE-DF, bem como a incorporação de dados da PNAD Contínua para captar a dimensão do trabalho informal. Estudos comparativos com outras regiões integradas ou polos agropecuários do país também poderiam contribuir para aprofundar a compreensão das especificidades e dos desafios do mercado de trabalho do agronegócio regional. Por fim, investigações voltadas aos efeitos da diversificação produtiva e da agregação de valor sobre a geração de emprego formal poderiam oferecer subsídios relevantes para políticas de desenvolvimento territorial mais equilibradas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. **Lei complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **COARIDE: Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/ride-df>. Acesso: 05 nov. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Acesso Online às Bases de Dados**. PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, Brasília. DF, 2026. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm>. Acesso em: 04 fev. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005**. Diário Oficial da União, Brasília. DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-31-atualizada-2024-2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais, ano-base 2022**. Brasília. DF, mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2022/nota-tecnica-rais-2022.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2026

CASTRO, N. R.; SOUZA JUNIOR, M. L. de; MORAIS, A. C. de P.; GILIO, L.; BARROS, G. S. de C.; ALMEIDA, A. N. de. Participação feminina e diferenciais de rendimento no mercado de trabalho do agronegócio. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 55–80, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ecoa/article/view/157975/181891>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ecoa/article/view/157975>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CEPEA/CNA - CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ/CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Mercado de Trabalho do Agronegócio**. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>. Acesso em: 09 nov. 2025a.

CEPEA/CNA - CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ/CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **O boletim mercado de trabalho do agronegócio brasileiro: 2º trimestre 2025**. Piracicaba: CEPEA/CNA, 2025b. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/0320Boletim2020-20Mercado20de20Trabalho20do20AgronegC3B3cio20-202T2025.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. PROHORT. Disponível em: <https://dw.ceasa.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

DE SOUZA, M. P. R.; RUTHS, J. C.; PIFFER, M. Mercado de trabalho formal em segmentos do agronegócio nas mesorregiões paranaenses. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 7404–7428, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i5.2129. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2129>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe Scherrer. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI. Texto para Discussão nº 2640**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), abr. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10556>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GARCIAS, M. de O.; BUTURI, D. K.; COSTA, J. S. da; CASTRO JÚNIOR, L. G. de. Possíveis impactos da Covid-19 no mercado de trabalho do agronegócio mineiro. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 136, 2022. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1691>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 06 nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 06 nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923>. Acesso em: 06 nov. 2025.

LOAYZA, A. C. V.; REIS, M. V. S. dos; JESUS, F. R. de. O mercado de trabalho formal do agronegócio no Matopiba no período pandêmico. **Revista de Economia e Agronegócio - REA**, vol. 22, n. 2, 2024.

MORAIS, A. C. de P. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro em nível estadual no período de 2012 a 2018: diferenças e similaridades**. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-12072022-160438/en.php>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967

SANTOS, Carla. Estatística descritiva. **Manual de auto-aprendizagem**, v. 2, p. 3, 2007.

SILVA, Luciano Pereira da; OLIVEIRA, Ivanilton José de; GOMES, Carlos. Eduardo. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE/DF e sua (Des) Organização Social, Espacial e Econômica. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, 2023.

THÜNEN, Johann Heinrich von. **O Estado isolado**. São Paulo: Nova Cultural, 1966.

WEDEKIN, Ivan. **Política Agrícola no Brasil: o agronegócio na perspectiva global**. São Paulo: WDK Agronegócio, 2019.